

## **DA FESTA À INSERÇÃO: UM OLHAR SOBRE O MESTIÇO NO PERNAMBUCO COLONIAL (1745-1822)**

JANAINA SANTOS BEZERRA- Mestranda em História Social da Cultura Regional – Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: janatabira@hotmail.com

### **RESUMO:**

Este trabalho objetiva compreender o papel e a posição social dos pardos na sociedade colonial pernambucana. Dessa forma, achamos por melhor fazer um estudo de suas festas no âmbito das irmandades religiosas, buscando identificar os sujeitos políticos e sociais que dela tomaram parte e as relações que teciam entre si. Assim, utilizamos uma linguagem culturalista de história para mostrar que os pardos se caracterizaram por ser um grupo que criaram e recriaram formas de resistência social e cultural. Independente da falta de reconhecimento social, não se deixaram conduzir pelas circunstâncias, criando brechas de resistência e construindo identidades.

**PALAVRAS-CHAVES:** pardos, inserção, festa.

Um estudo das festas no âmbito das Irmandades religiosas se torna oportuno e viável por se um momento não apenas de oração, mas de alegria, de transgressão, assim como, uma oportunidade para questionar e afirmar valores vigentes na sociedade. Logo, entendemos que o momento festivo ocasionava uma existência diferente da vida cotidiana, em que podemos, por instantes, esquecer ou contrariar os conformismos sociais. Sendo aqui classificada como um espaço de construção de identidade e inserção social.

Inserido nesse contexto, o presente trabalho intitulado ***DA FESTA À INSERÇÃO: um olhar sobre o mestiço no Pernambuco colonial (1745-1822)*** propõe-se a discutir e conhecer o papel social dos pardos na sociedade colonial pernambucana. Tendo como objeto de estudo as festas realizadas por suas irmandades religiosas. A pesquisa pretende tornar compreensível o que a festa expressava, no plano da representação simbólica, do processo de mudança pelo qual passava o Recife e, particularmente, da posição social ocupada pelo mestiço na sociedade colonial pernambucana. O

termo “*da festa à inserção*” pode ser justificado por considerarmos aqui o momento festivo como mais uma oportunidade encontrada pelos homens pardos de se inserirem na sociedade colonial pernambucana. Ciente das injustiças enfrentadas no

seu dia-a-dia, os pardos apropriaram-se do momento festivo criaram resistência e construíram identidades. O termo que se segue “*um novo olhar sobre o mestiço no Pernambuco colonial*” foi utilizado pela necessidade de uma nova abordagem sobre o homem pardo no período colonial. Um estudo que não apenas conte o lado dos dominadores, mas também dos excluídos que igualmente fizeram história e construíram resistência. Logo, o presente trabalho objetiva conhecer uma história das lutas, das estratégias e das táticas que tomavam conta da vida diária do homem mestiço, que vivia em uma sociedade hierarquizada baseada no preconceito étnico, presente na religiosidade, assim como na sua vida diária.

O interesse em estudar os pardos no contexto colonial pernambucano surgiu ainda na graduação na qual foi feito um estudo significativo do papel de inserção das irmandades de pardos em Pernambuco. Foi daí, que sentimos a necessidade de um estudo mais aprofundado desse contingente de mestiços que integrava essas irmandades, ou seja, um estudo que nos fornecesse maiores informações sobre o cotidiano da gente parda e sua posição social dentro do contexto colonial.

Um olhar sobre a documentação do período nos fez perceber um considerável número de pardos com ascensão social condizente, mas sem inserção. Julgados por sua cor da pele, os pardos não desfrutavam das suas posições de prestígios por serem etnicamente inferiores aos brancos. Isso nos fez chegar à seguinte conclusão: não apenas os colonizadores consolidaram posições de prestígios, mas também alguns mestiços, filhos da terra, acumularam riquezas e foram donos de um saber teoricamente reservados aos brancos. Porém, devido a sua “baixeza de nascimento” não desfrutavam de um reconhecimento social, correspondente a sua ascensão social. A motivação com a temática aumentou quando nos deparamos com a documentação referente à Festa de São Gonçalo Garcia realizada no ano de 1745 na cidade do Recife. Os relatos deixados por Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, responsável pelo Sermão da Festa, assim como, os escritos de Soterio da Silva Ribeiro, que descreveu com detalhes a Festa e toda dinâmica cultural nela contida, foram decisivos na escolha da festa como objeto de estudo para essa análise. O evento narrado por Soterio é grandioso e caracterizado por grande luxo e ostentação. Já o relato de Frei Jaboatão caracteriza-se por ser uma verdadeira aclamação à cor parda. Foi nessa dinâmica discursiva, que classificamos o momento festivo como sendo um excelente lugar de estudo, capaz de responder as seguintes indagações: se a festa de São Gonçalo Garcia realizada pelos homens pardos, no ano de 1745, foi grandiosa e caracterizada por muito luxo e ostentação, assim como relata o autor da *Súmula Triunfal*, de onde vieram os recursos para tal

grandiosa festa? Que motivos levaram os pardos do Recife a serem protagonistas de tamanho espetáculo? De que forma os pardos se apropriaram do momento festivo para criar resistência e construir identidade? Finalmente, quem eram estes pardos que integravam essas irmandades? Quais as suas origens étnicas?

Essas interrogações nos serviram como estímulo para que fossemos em busca não de uma verdade, mas de um novo olhar sobre o mestiço no Pernambuco colonial. Um mestiço, que consciente de sua posição de inferioridade, encontra brechas de resistência em seu dia-a-dia. Um mestiço que não apenas aceitou a imposição, mas também impôs seus desejos que se manifestava de diversas formas, sendo a festa uma delas.

Assim, um dos principais interesses da pesquisa está em sua proposta inovadora, já que há uma grande carência de trabalhos que norteiem essa temática, sendo que as poucas pesquisas existentes sobre as irmandades de pardos foram realizadas dentro de enquadres diferentes dos adotados neste trabalho.

Ao analisar os trabalhos acadêmicos referentes às festas no período colonial, encontramos uma enorme quantidade de abordagem sobre as festas realizadas pelos negros, em particular, a tradicional Coroação do Rei do Congo. Entretanto, um estudo sistemático sobre os pardos, a partir de um olhar crítico das suas festas religiosas e profanas nas suas irmandades no período aqui estudado, ainda não fora empreendido. Apesar de quase todas as obras sobre a arte e a cultura do século XVIII fazerem referências às irmandades, não há trabalhos específicos sobre o enfoque que pretendemos abordar.

Levando em consideração as abordagens acima, propomo-nos a observar as festas realizadas pelas irmandades de pardos, assim como, as relações sociais e simbólicas nelas projetadas. Que mecanismos levavam à sua aceitação, e muitas vezes, repressão? Qual a posição social dos pardos dentro de uma sociedade dividida entre brancos e negros no Pernambuco colonial? Por que os pardos algumas vezes conseguiam brechas de tolerância para suas manifestações culturais e outras vezes não?

Assim, a escolha do tema está relacionada a um vazio historiográfico que precisava ser preenchido, em decorrência da falta de pesquisas, que abordem diretamente o tema. Sendo assim, esse estudo de grande relevância no resgate da memória e patrimônio do nosso povo, vindo a preencher uma grave lacuna da historiografia, servindo como incentivo para outras pesquisas em diferentes âmbitos regionais, à medida que nos propomos a dar os primeiros passos nessa temática.

Essa abordagem também pode ser justificada pela necessidade de um resgate das

fontes manuscritas datadas do período colonial que em sua maioria encontram-se deterioradas. Também constatamos através das fontes, que os estudos encontram-se fragmentados e/ ou fracionados, quase sempre referentes a uma única instituição. Não se viu e não se conhece análise de conjunto sobre as Irmandades de Pardos em Pernambuco e as realizações de suas festas durante o século XVIII. Assim como, não se conhece nenhuma análise comparativa entre as associações leigas de pardos e suas congêneres da Metrópole e mesmo da própria colônia.

A escassez das fontes e sua fragmentação é um aspecto que limita a possibilidade de recuperarmos aspectos extremamente importantes da vida cotidiana dos pardos no período colonial. É, na verdade, um desafio reconstruir a história dos pardos, através de um olhar crítico das festas realizadas por suas irmandades, e as dificuldades que surgem são mais inusitadas: em 1631, um incêndio destruiu a cidade de Olinda, após a invasão holandesa de Pernambuco, transformando em cinzas documentos valiosos das irmandades de Nossa Senhora do Amparo e Nossa Senhora da Guadalupe, ambas irmandades de pardos.

Diante de todas as dificuldades e limitações, que não pretendem justificar possíveis falhas, mas vários limites que deixaram muitas lacunas, este trabalho não tem por finalidade ser uma abordagem conclusiva sobre a temática. Ao contrário, pretendemos motivar outros historiadores de Pernambuco e também de outras regiões a seguirem este percurso, que apesar de trabalhoso, decorrente da deteriorização e da escassez de fontes é, ao mesmo tempo, muito fascinante e gratificante.

Essa é uma das dificuldades para quem se dispõe a trabalhar as cerimônias públicas realizadas pelas Irmandades de Pardos em Pernambuco, pois simultaneamente, ao termos a consciência da riqueza e a importância do tema no resgate da história social e cultural pernambucana, nos deparamos com uma quase que total inexistência de publicação específica sobre a temática. O que se tem são recortes e citações de autores como Pereira da Costa, João José Reis, Marcelo Mac Cord, Antônia Quintão, Julita Scarano, Caio César Boschi, Cláudia Viana Torre, Marina de Mello e Souza, Mary Del Priore que não tratam diretamente do tema, mas nos serviram de base para um efeito de discussão.

Na visão de Marina de Mello e Souza, as festas serviam para organizar as relações internas do grupo e também com a sociedade abrangente, no que diz respeito à hierarquia, exercício de poderes e solidariedade. Apesar de a autora trabalhar com festas negras, especificamente a coroação do Rei do Congo, Marina traz uma visão geral do que seriam as festas

religiosas realizadas pelas irmandades. A autora argumenta que as mesmas ocasionavam uma ruptura da vida diária, um intervalo na ordem estabelecida, ou seja, um momento de renovação das forças desgastadas pela rotina de trabalho e respeito às regras. Sendo a Coração do Rei do Congo um resultado de uma mescla cultural africana e portuguesa.

Neste mesmo caminho interpretativo, encontramos a análise de Antônia Aparecida Quintão que, assim como Marina, também faz referências às festas negras. A autora observa as festas e as manifestações religiosas como uma forma de reunião social. O sagrado e o profano andavam unidos e juntos. Para Quintão as procissões e as festas religiosas quebravam a monotonia e a rotina da vida diária, sendo muitas vezes uma das poucas oportunidades para o negro se distrair e se divertir.

Já Mary Del Priore, ao fazer uma análise das festas no período colonial, afirma que o luxo inicial marcava a presença da irmandade no seio de sua comunidade e o poder de seus dirigentes em face dos outros membros e irmãos. Mas, segundo a autora, esse diálogo de poderes, expresso nas festas, dava lugar ao espaço que esse grupo de pardos procurava no interior da sociedade colonial. Espaço esse representado pelas imagens que eram capazes de elaborar sobre a sua cultura e a dos outros membros da sociedade. Assim, as doações realizadas para o tradicional desfile de carros alegóricos nas procissões, revelam, segundo a autora, um segmento de homens pardos e mulatos em boa situação financeira, ao ponto de poder colaborar com jóias e dinheiro para a festa de seu grupo social. Dentro desse contexto, a autora ressalta a necessidade de se estudar melhor a acumulação econômica desses indivíduos, para melhor entender o sentido de uma elite de cor no Brasil colonial. E é esse vazio historiográfico que o presente trabalho vem preencher.

Ainda no campo da historiografia sobre a temática da festa, tem importância a dissertação de Cláudia Viana Torres que, assim como Marina e Quintão, faz referência a festas negras. A autora enfatiza a grandiosidade da festividade que chamava atenção pelo grande número de negros presentes, pelas suas danças africanas ao som de tambores, batuques, muitos fogos, e também pela riqueza das roupas dos reis eleitos que desfilavam pelas ruas acompanhados de toda uma corte. No entanto, a autora ressalta que existia uma fiscalização, por parte do governo, em que os negros para saírem em procissão nas festas religiosas da irmandade do Rosário, tinham que pedir uma licença com antecedência. Isso prova a grande vigilância por parte do governo nessas festas, que eram sempre vista com desconfiança pela autoridade civil. Em meio a essas abordagens, buscamos compreender as festas realizadas pelas irmandades de pardos dentro de um viés interpretativo amplo que “inclui” e não

“exclui” os mestiços na sociedade colonial. Procuraremos analisar essas festas religiosas como um espaço religioso, dinâmico, social e cultural que dava ao homem mestiço momentos de dignidades, divertimento, interação e, sobretudo, consciência da sua real situação social dentro do contexto colonial. Caracterizada como um lugar de luta, inserção, reivindicação e, sobretudo, construção de identidade.

Em resumo, das linhas das propostas de abordagem aqui estabelecidas, constata-se grandes lacunas no que se refere a um estudo das Festas realizadas pelas Irmandades de Pardos em Pernambuco, o que torna bastante oportuno e atual rediscutir o papel dessas cerimônias, com a perspectiva de que este estudo possa trazer novos elementos para enriquecer essa discussão.

Assim, queremos mostrar através desse estudo que na sociedade colonial pernambucana existiu um contingente de homens mestiços que fizeram parte das irmandades de pardos e desfrutaram de uma posição social ascendente, ocuparam cargos de prestígio dentro e fora dessas irmandades e tiveram suas presenças registradas na Festa de São Gonçalo Garcia realizada na igreja do livramento em 1745. Como exemplos, temos José Rabelo de Vasconcelos, Felipe Neri da trindade, Felipe Benicio Barboza, Ignacio Ribeiro Noya, Manuel Borges e Ferreira Jácome. Estes, dentre tantos outros artistas e intelectuais mestiços, compareceram às festividades em louvor a São Gonçalo Garcia no Recife, participando ativamente dos eventos, assim como, nas despesas da festa. Isto mostra que os pardos não só acumularam riquezas, ocupando cargos de prestígios dentro e fora da Irmandade do Livramento, como também, desfrutaram de condições para ostentar este prestígio em suas festas, como qualquer colono branco.

Partindo desse pressuposto, o nosso interesse esteve voltado para um considerável contingente de homens pardos, que se encontrava num momento de mobilidade social e cultural ascendente e que buscava reconhecimento social e político condizente, segundo suas aspirações. Cientes das suas condições de inferioridade étnica encontraram nas festas realizadas por suas irmandades, uma oportunidade especial para fazer-se ver e ouvir, mostrar sua capacidade de organização do grupo, consolidar posições e prestígio conquistados e buscar outros ainda não alcançados.

Para essa análise coletamos os documentos disponíveis na Biblioteca Pública Estadual Presidente Castelo Branco, na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Pernambuco (IPHAN), no Arquivo Público Antonino Guimarães de Olinda (APMAG), no Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), na Biblioteca Central da UNICAP, na Biblioteca Setorial do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE e Arquivo do

Departamento de História da UFPE, na Biblioteca da Faculdade de Direito e no Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate).

Para uma melhor apreensão do assunto, buscamos informações em relatos de alguns cronistas e viajantes, a exemplo de Frei Jaboatão, Soterio da Silva, Domingos Loreto Couto, Henry Koster, Tollenare, Maria Graham, André João Antonil, frei Vicente do Salvador, Pero de Magalhães Gângavo, Fernão Cardim, Jorge Benci, Frei Manuel Calado, Ambrósio Fernandes Brandão, assim como outros, que se enquadram no contexto colonial.

Para a análise documental, pauta-se uma visão de Carlos Ginzburg, que defende que mesmo uma documentação exígua, dispersa e renitente pode, portanto, ser aproveitada. Logo, analisamos e apreciamos os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características, de preferência a obra em conjunto. Sendo assim, o que Ginzburg denomina de “detetive” que descobre o autor do crime baseado em indícios imperceptíveis para a maioria, ou até mesmo, “o caçador agachado na lama, que escuta as pistas da presa”.

Utilizamos ainda, a proposta foucaultiana, que consiste em reconstruir, a partir do que dizem estes documentos. Organizando, recortando, distribuindo, ordenando em níveis, estabelecendo séries, identificando elementos, definindo unidades e descrevendo relações. Transformando, assim, o “documento em monumento”.

Assim, ao abordarmos o cotidiano dos pardos em seus momentos festivos, procuramos recuperar os mecanismos e estratégias que produziram o silêncio em nossa cultura. Observando não apenas as palavras dentro do documento, mas as formas em que muitas foram silenciadas. Os pardos, na sociedade colonial, foram vistos como uma totalidade homogênea, produzindo zonas de silêncio, em que alguns discursos e algumas práticas foram jogadas para as margens, destruindo a força da diferença de alguns saberes.

Assim, procuramos recuperar não só as regras de aproximação ou de cruzamento das séries enunciativas, mas também como estas se excluem, como procuraram produzir o silêncio das outras series. Ciente de que o conhecimento histórico não é construído unicamente através do que dizem as fontes, mas “as informações das fontes só são incorporadas nas conexões que dão o sentido à história com ajuda do modelo de interpretação” em que cabe a nós, historiadores, observar não apenas o dito, mas também o não dito, pois é nas entrelinhas da documentação que encontramos as respostas para um novo fazer historiográfico.

Dentro dessa abordagem, trabalharemos as festas numa perspectiva foucaultiana, que considera que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da

estrutura social. Ou seja, não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe, existe sim, práticas e relações de poder. E onde há poder, há resistência. Não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social.

Logo, abordamos a festa dentro de uma concepção que defende que o poder situa-se ao nível do próprio corpo social e não acima dele. Apesar dos limites e restrições sobre as festas, os pardos encontraram resistência e fizeram da festa uma oportunidade para ostentar seus bens e se fazerem presentes na sociedade.

Dessa forma, procuramos, através de uma análise interpretativa da Festa, discutir e identificar as práticas de poder que originaram as estratégias de resistência construídas a partir das diversas formas de representações culturais e religiosas presentes nessas festividades.

Percebemos, nessa abordagem, que os pardos receberam uma presença marcante do imaginário europeu, o que mostra o incrível poder de difusão de algumas idéias eruditas que sofrem uma re-elaboração nas colônias da América, passando a fazer parte do imaginário desses pardos nas suas manifestações culturais em Pernambuco, ou seja, investem-se de um sentido novo, acrescentando ao antigo. O que caracteriza essas festas religiosas como uma continuação das festas portuguesas, mas ao mesmo tempo uma recriação de muitos símbolos pelos pardos. Neste

sentido, Marshall Sahlins diz que “a cultura é uma aposta feita com a natureza, durante a qual, voluntária ou involuntariamente, os nomes antigos, que estão na boca de todos, adquirem novas conotações, muito distantes de seus sentidos originais”. Ou seja, o uso de símbolo religioso, como termos bíblicos, esteve presente no sermão de Frei Jaboatão, do qual fez uso para justificar uma suposta santidade mestiça. Visto que a própria “comunicação social é um risco tão grande quanto as referências materiais”, e isso porque as pessoas, para objetivarem suas interpretações, partem de perspectivas diferentes e com poderes sociais diversos para elaborarem consensos e relações para adequá-las. A relação e aquisição de novos conteúdos empíricos são importantes para a reprodução das categorias culturais já que, segundo ele, “toda reprodução da cultura é uma alteração”

Marshall Sahlins salienta, ainda, que é fundamental perceber nesse processo de alteração dos significados culturais, que os signos são históricos e se alteram pelo fato dos grupos étnicos não estarem isolados de ações externas às suas, mas estabelecerem trocas culturais que os levam a mudanças e à re-elaboração de suas práticas. Propõe também que, somente a partir dessas considerações, é possível



fazer uma leitura diferenciada da identidade étnica. Muito mais que definidora, a identidade é resultado de processos de interferência entre duas ou mais tradições culturais, compreendidas através de práticas e discursos, efeitos de classificações e recriações permanentes.

Assim, percebemos que os símbolos contidos em vários carros, alegorias e procissões vinham marcados por um sentido próprio que fugia muitas vezes ao entendimento de diversos membros da elite, ou seja, “um evento transforma-se naquilo que lhe é dado como interpretação”. Isso significa que a arte de festejar carregava um significado para gente parda que ia além do que propõe a igreja ao defender o direito de festejar aos escravos.

Michel de Certeau foi importante nesta pesquisa para repensarmos o nosso conceito de lugar enquanto historiadores. O lugar para Certeau é como um *palimpsesto*, ou seja, algo que pode estar sempre a se apagar e reinventar, no mesmo lugar ou em outros lugares, algo como o manuscrito feito em pergaminho que é raspado e polido por um copista para ser re-escrito. Assim como nesta investigação, em que os pardos e as Festas estiveram sempre a se escrever e apagar-se, se reinventando em outros lugares, que nem sempre foram os mesmos.

Na cultura cotidiana dos pardos, entendemos que os valores identitários individuais e coletivos corroboram o movimento das táticas que, *lance por lance*, criam a atmosfera própria e ímpar de cada espaço festivo pelas re-apropriações que não se sistematizam, nem se conservam num lugar estável, mas em efeitos que se produzem pelas operações que o movimentam, o que nos leva a considerar que *“a ordem efetiva das coisas é justamente aquilo que as táticas ‘populares’ desviam para fins próprios, sem a ilusão que mude proximamente.”*

Assim, queremos mostrar através desse estudo que os pardos se caracterizaram por ser um grupo que criou e recriou formas de resistência social e cultural. Independente da falta de reconhecimento social, não se deixaram conduzir pelas circunstâncias, criando brechas de resistência e construindo identidades. As festas realizadas por suas irmandades permitiram expressar-se culturalmente dentro da sociedade colonial pernambucana. Acreditamos que a festa não era apenas um lugar de normalizar, acomodar, alienar e pacificar os sujeitos históricos, mas, sobretudo um espaço de reivindicação social, inserção e resistência cultural.